



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

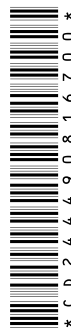
Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, para prestar esclarecimentos acerca das divulgações sobre as medidas do pacote de corte de gastos.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, para prestar esclarecimentos acerca das divulgações sobre as medidas do pacote de corte de gastos.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, para prestar esclarecimentos acerca das divulgações sobre as medidas do pacote de corte de gastos.





Isto porque, conforme noticiado¹, a manhã de quinta-feira (28) começou agitada para os economistas que acompanham o mercado financeiro, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhando, ponto a ponto, as medidas do pacote de corte de gastos, queda nas negociações e o dólar quase batendo os R\$ 6,00. Em entrevista coletiva nesta manhã, o ministro tratou das medidas de reforço ao arcabouço fiscal e deu esclarecimentos sobre o anúncio realizado na noite anterior de que contribuintes que recebem até R\$ 5 mil por mês ficarão isentos de imposto de renda.

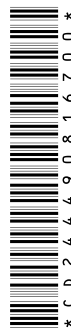
De acordo com Haddad, o pacote de corte de gastos e a reforma do Imposto de Renda, que só deve ser enviada pelo governo ao Congresso em 2025, são temas separados. O primeiro deve ter um impacto positivo nas contas do governo de cerca de R\$ 70 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026.

O anúncio foi recebido de forma preocupante pelos economistas. Acompanhe, a seguir, alguns comentários reunidos nesta manhã.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, a estimativa é de que a mudança da faixa de isenção custaria ao menos R\$ 45,8 bilhões. *"Esse cálculo é otimista, vale dizer, pois considera que a tabela do Imposto de Renda seria modificada garantindo-se a focalização do benefício apenas aos contribuintes de renda mais baixa"*.

No entanto, aponta, *"é arriscado e não recomendável colocar na mesa uma medida de custo elevado em termos de desoneração, cuja compensação exigiria desenho complexo. Além disso, teria potencial*

¹ <https://www.seudinheiro.com/2024/economia/plano-de-cortes-de-gastos-e-considerado-pelos-economistas-como-arriscado-e-impreciso-confira-a-repercussao-tvaz/>





para anular os efeitos positivos do anúncio do pacote fiscal, já prometido há várias semanas”.

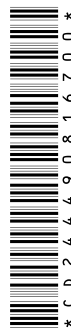
A maneira como a comunicação aconteceu e a falta de detalhes de como o plano será colocado em prática também levaram à preocupação do mercado. Para Matheus Spiess, analista da Empiricus, a ideia de compensar o impacto de mais de R\$ 40 bilhões com um imposto mínimo sobre rendas elevadas soa insuficiente e mal calculada.

“O momento de anunciar a isenção como alívio para o eleitorado foi, no mínimo, equivocado, dada a gravidade da situação fiscal”, disse. “O grande problema, contudo, não está apenas no conteúdo, mas na oportunidade perdida e na comunicação desastrosa, que destruíram a chance de transformar o anúncio em um vetor positivo para o final do ano. Há meses venho apontando que o governo precisava decidir os rumos dos próximos dois anos neste bimestre. Infelizmente, escolheu o caminho mais complicado”.

Daniel Cunha, estrategista-chefe da BGC Liquidez, concorda que misturar os dois anúncios em uma única comunicação transmite uma sinalização ruim para o mercado. *“O momento deveria ser focado e direcionado para uma agenda de disciplina fiscal e contenção de gastos”.*

Na opinião dele, a isenção do Imposto de Renda não deve enfrentar problemas para ser aprovada, dado o alto teor popular. Por outro lado, *“as medidas de compensação podem (e devem) enfrentar resistências para serem aprovadas, o que tornaria a iniciativa deficitária no final”.*

A falta de detalhes sobre como o plano será colocado em prática também preocupa Felipe Reis, estrategista da EQI Research. *“Faltam muitos detalhes técnicos para um veredito, mas a sensação*





inicial é de que o esforço de corte de gastos potencial foi ofuscado pelo novo patamar de isenção do IR".

Para Reis, "algumas estimativas apontam para uma perda de arrecadação de aproximadamente R\$ 40 bilhões por ano, e a compensação desse montante sobre uma base pequena de contribuintes de alta renda será desafiadora (estratégias de planejamento fiscal por parte desses contribuintes podem ser acionadas, como a utilização ainda maior de contas PJ)".

Em sua conta no X, o economista Dan Kawa, da We Capital, classificou o anúncio de Haddad como populista e eleitoreiro, por ter misturado "o tão esperado corte de gastos, para adequar a situação do país ao Arcabouço Fiscal, junto com medidas da Reforma da Renda, como aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda e um imposto mínimo para 'grandes fortunas'".

"Na minha visão, o anúncio foi extremamente negativo, pois sinaliza que não existe a menor disposição política em adotar medidas críveis, viáveis e efetivas, que podem ser menos populares, mas que são extremamente necessárias ao futuro do país", escreveu.

"Dito isso, acredito que os ativos locais irão reagir de maneira extremamente negativa, o que pode acabar levando o Congresso a não aprovar parte das medidas propostas pelo governo. De qualquer maneira, o estrago já está feito e a volatilidade já foi criada, o que colocará o país em um caminho mais desafiador e perigoso nos próximos meses".

Na opinião de Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, o ponto mais significativo do anúncio foi a proposta de "proibir benefícios tributários em caso de déficit primário". "Isso pode resultar em uma maior arrecadação para a União, além de reforçar a confiança na gestão das contas públicas, criando um cenário





favorável para a redução dos juros no médio prazo, o que beneficiaria o mercado de capitais”.

No entanto, acredita, a proposta de tributar fundos exclusivos e super-ricos levanta incertezas entre os investidores e pode diminuir o apetite de investidores de alta renda e impactar negativamente o fluxo de capital para a bolsa.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente as questões em tela.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

